



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

NOTAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2021**

Apresentam-se as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da UG 090038 referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, ratificando os termos da Declaração do Contador [14902740](#), no sentido de que as referidas demonstrações refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

Registre-se que, no decorrer do exercício de 2021, não houve alterações nas políticas e/ou métodos contábeis por determinação do Conselho Federal de Contabilidade ou de quaisquer outros órgãos normatizadores que pudessem alterar os critérios e métodos de escrituração dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora de contas - UPC.

As Notas Explicativas estão de acordo com as Demonstrações Contábeis [14901944](#), sendo que uma mesma Nota pode se referir a mais de uma demonstração, tendo em vista os conteúdos tratados.

Avaliação e mensuração de ativos**Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Encerrou o exercício com o saldo de R\$ 363.179,02, 132% maior em relação a 2020, sendo composto pelos valores referentes às garantias contratuais em dinheiro ainda vigentes (R\$ 4.494,81), recursos financeiros destinados a atender despesas correntes, pagamento de pessoal - fonte 0100 (R\$ 353.087,99) e fonte 0151 (R\$ 672,53) e recursos para atender despesa com pessoal requisitado inscrita em Restos a Pagar Processados (R\$ 4.923,69).

Nota 02 - Créditos a Curto Prazo

O saldo de R\$ 261.242,37 é composto por R\$ 144.875,26 na conta 113110101 - 13º Salário -Adiantamento, referente ao adiantamento da gratificação natalina das férias de janeiro de 2022; R\$ 68.564,71 na conta 113110105 - Ordenados e Salários – Pagto Antecipado, referente à segunda parcela de adiantamento a ser devolvida em janeiro de 2022 (R\$ 5.449,19) e o adiantamento da remuneração de janeiro de 2022 (R\$63.115,52); R\$ 47.802,40 na conta 113811300 - Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas, pelo registro dos créditos a receber pela concessão onerosa de espaço físico.

Quanto aos créditos a receber de acerto financeiro com servidor/ex-servidor (113810700) e decorrentes de multas administrativas (113811600), estes registros foram acompanhados, durante o exercício, através dos PAe/SEI [0000424-56.2021.4.01.8014](#) e [0000425-41.2021.4.01.8014](#), no encerramento de 2021, estas contas apresentaram saldos zerados, resultantes do recebimento destes créditos e de encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa. A conta 831430000 – Dívida Ativa Não Tributária, por sua vez, apresentou saldo de R\$ 126.308,85 em dezembro de 2021.

Nota 03 - Inventários de Bens Móveis, Imóveis e Materiais de Consumo

Por meio da Portaria SJTO -Diref 353 [145001825](#), alterada pelas Portarias SJTO – Diref [14528319](#) e SJTO – Diref 14620317, constantes no PAe/SEI [0003843-84.2021.4.01.8014](#), foi instituída a Comissão de Inventário de Bens Móveis, Imóveis e de Materiais de Consumo de 2021, com prazo para conclusão dos trabalhos e entrega do Relatório até o 20º (vigésimo) dia útil subsequente ao término do exercício financeiro 2021, nos termos da IN-14-15, módulo 6, item 6 ([14383551](#)), o que se dará em data

posterior ao encaminhamento destas Notas. No entanto, tanto as informações de registros contábeis envolvendo movimentações de estoques quanto de bens móveis foram analisadas mensalmente e eventuais inconsistências foram regularizadas no próprio exercício, de forma que a UG encerrou o exercício sem indicação de restrição contábil desta natureza, conforme constam nos autos dos PAe/SEI [0000467-90.2021.4.01.8014](#) e [0000009-73.2021.4.01.8014](#).

Nota 04 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio

a) Os procedimentos de registros da depreciação dos bens móveis e imóveis da UG foram realizados de acordo com o [Manual Siafi, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão](#), sendo que o registro da depreciação dos bens imóveis foram realizados diretamente pela STN, com base na planilha encaminhada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU;

b) Houve registro de amortização de bens imóveis em função da existência de saldo na conta 123210800 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, de acordo com o [Manual Siafi, Macrofunção 020330-Depreciação, Amortização e Exaustão](#);

c) Houve, também, o registro de amortização acumulada sobre o saldo da conta 124110201 – Softwares – vida útil definida, de acordo com as informações levantadas pela Comissão de Inventário, Relatório [8986133](#), constante nos autos do PAe/SEI [0001360-52.2019.4.01.8014](#), e de acordo com o [Manual Siafi, Macrofunção 02.03.45 - Ativos Intangíveis](#).

Nota 05 – Bens Imóveis de Uso Especial

Os bens imóveis de uso especial sob responsabilidade da Seção e Subseções Judiciárias encontram-se cadastrados no SPIUnet, inclusive os espaços cedidos com ou sem ônus para terceiros. Com relação aos imóveis da União sob responsabilidade da UG, todos estão com os laudos de avaliações em conformidade com a [Portaria Conjunta SPU-STN n. 703 \(renumerada para Portaria Conjunta STN/SPU n. 03\), de 10 de dezembro de 2014](#), e [Instrução Normativa n. 5, de 28 de novembro de 2018](#), consoante Orientação Contábil [6148495](#), bem como a [Portaria Conjunta n. 38, de 31 de julho de 2020](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e da Secretaria de Gestão, do Ministério da Economia.

Nota 06 – Bens Intangíveis – Softwares

Por meio da Portaria SJTO-Diref [14500536](#), alterada pela Portaria SJTO-Diref [14546511](#), e constantes do PAe/SEI [0003954-68.2021.4.01.8014](#), foi instituída a Comissão de Inventário de Bens Intangíveis de 2021. O resultado do trabalho desta Comissão foi o Inventário [14740061](#), que apresentou saldos nas contas 124110101 e 124110201, totalizando R\$241.387,64 no encerramento do exercício de 2021.

Avaliação de restos a pagar

Nota 07 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

A Inscrição de [Restos a Pagar Processados](#) no valor de R\$59.973,09 refere-se aos registros de Gratificação por Acúmulo de Jurisdição - GAJUR e do ressarcimento de pessoal requisitado registrados em dezembro de 2021.

Do total de Restos a Pagar Não Processados em 2020, 87,99% foi pago, 10,31% cancelado, restando o valor de R\$ 5.897,93 que foi reinscrito por decisão da gestão [14044690](#), conforme demonstrado no Anexo I do Balanço Orçamentário.

Do total inscrito em 2021 (R\$ 358.407,21), destacam-se: R\$ 130.489,32 (36,41%) referentes ao Serviço Extraordinário de dezembro de 2021; R\$ 78.589,05 (21,93%) do ressarcimento de requisitados de dezembro de 2021 e R\$ 39.999,00 (11,16%) de material permanente.

Avaliação de ingressos e dispêndios

Nota 08 - Ingressos de Recursos

O valor de Sub-Repasse Recebido representa 99,75% das Transferências Recebidas em 2021. Dentre os Recebimentos Extraorçamentários, 80,39% refere-se à Arrecadação de Outra Unidade e teve um aumento de 17% em relação aos recebimentos desta natureza em 2020.

Nota 09 - Dispêndios Financeiros

As despesas vinculadas referentes à Seguridade Social (Exceto Previdência) tiveram um aumento de 93% em relação a 2020. Em termos de Despesa Orçamentária total, contudo, o aumento não chegou a 2%.

Avaliação e mensuração de passivos e de ajuste de exercícios anteriores**Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Há saldo de R\$ 97.237,06, referente ao registro de passivos sem cobertura orçamentária de Assistência Judiciária Gratuita - AJG em dezembro de 2021.

Nota 11 - Provisões a Curto Prazo

O valor de R\$ 440.000,00, registrado na conta 217910500 – Provisão para Serviços de Terceiros, refere-se a reconhecimento de passivos estimados com prestação de serviços médicos e odontológicos (AMOS), no mês de dezembro de 2021, mas ainda não faturados, em atendimento às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e às orientações da Setorial Contábil do Órgão Superior.

Nota 12 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Varição de 232% em relação a 2020, em função dos registros de consignações relacionadas à Gratificação por Acúmulo de Jurisdição - GAJUR e ressarcimento de pessoal requisitado registrados em dezembro de 2021.

Nota 13 - Ajuste de Exercícios Anteriores

Saldo credor de R\$ 23.283,65, sendo que a movimentação desta conta no exercício foi afetada pelos registros de incorporações de passivos na conta 211110103, relacionados ao indicador BRPF e a abono pecuniário de períodos aquisitivos anteriores, e nas contas 211110101 e 213110400, referentes a passivos sem cobertura orçamentária, para pagamento de fatura e ressarcimento de requisitados, ambos de dezembro de 2020; e registros de incorporações de ativos na conta 123110402, para correção de lançamento realizado durante processo de desfazimento de bens, e na conta 113811600, de créditos a receber de pessoal, apurados pelo setor responsável ao longo de 2021, mas referentes a exercícios anteriores.

Análise sobre as variações patrimoniais**Nota 14 – Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial (diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs) da UG em 2021 foi superavitário em R\$ 89.662,65. O valor foi influenciado principalmente pelos seguintes fatores:

VPAs - a) aumento de 139% na arrecadação por Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços; **b)** registro de atualização monetária de créditos inscritos em Dívida Ativa, **c)** aumento de Outras transferências recebidas, referentes a bens de estoque recebidos pela UG;

VPDs - a) aumento de 59% no pagamento de Pensões, **b)** redução de 14% no Uso de Material de Consumo, **c)** aumento de 18% de Transferências Intragovernamentais Concedidas, **d)** aumento de 14,57% das Contribuições Tributárias.

A regularidade dos dados das VPDs comparados à execução nas contas 622130300 e 622130400 foi acompanhada e atestada nos PAe/SEI [0002399-58.2021.4.01.8000](#) (pela Dicoc-TRF1) e [0003616-94.2021.4.01.8014](#) (pelo Sercob/TO), no decorrer do exercício de 2021.

Nota 15 – Reavaliação e Desincorporação de Ativos

O valor de R\$ 293.925,88 consta na VPA – Reavaliação de Ativos e na VPD – Desincorporação de Ativos, compensando-se na DVP, e refere-se à reincorporação ao Edifício Sede da Seção Judiciária do Tocantins (RIP 9733.00366.500-3) de espaço que havia sido cedido anteriormente, sem impacto no Resultado Patrimonial do Período.

Análise sobre 13º Salário e Férias

Nota 16 – 13º Salário e Férias

Mensalmente, as contas de 13º Salário e Férias foram acompanhadas, respectivamente, conforme os PAe/SEI [0000427-11.2021.4.01.8014](#) e [0000426-26.2021.4.01.8014](#), onde constam informações inclusas pela Sepag/TO e pela Sepof/TO, analisadas pelo Sercob/TO e verificadas pela Dicoc-TRF1. Assim, quando do encerramento do exercício de 2021, tais contas apresentaram saldos regulares.

Análise dos suprimentos de fundos, contratos e garantias contratuais

Nota 17 - Suprimento de Fundos

Na concessão de suprimento de fundos foi utilizada a modalidade Cartão de Pagamento do Poder Judiciário - CPPJ, nos termos da [Resolução n. 569/2019 - CJF](#). Em 2021, foi concedido o total de R\$ 7.000,00. Deste valor, o que não foi aplicado teve o empenho parcial ou integralmente anulado e o que foi utilizado teve as prestações de contas aprovadas pelo ordenador de despesas.

Nota 18 - Contratos e Garantias Contratuais

A execução de contratos e garantias está registrada no Siafi, com os saldos atualizados até o encerramento do exercício de 2021.

Na Planilha [14902653](#), a única garantia com vigência vencida refere-se a uma caução de contrato que estava sob análise para apuração de eventual descumprimento das obrigações, mas que, após conclusão, e atendendo à manifestação da contratada, esta garantia já foi liberada em janeiro de 2022, conforme constante no PAe/SEI [0003250-60.2018.4.01.8014](#).

Quanto aos contratos, apresentados na Planilha [14902476](#), tais dados foram obtidos através do Siafi e do Tesouro Gerencial. Para a coluna de Valor Contratado, foram consideradas as contas 712310900, 712311000 e 712311100; para Valor Pago no Exercício, as contas 812310902, 812311002 e 812311102; para Saldo a Pagar, as contas 812310901, 812311001 e 812311101; no Siafi; e para a coluna de Valor Pago em Exercícios Anteriores, foram consultados, através do Tesouro Gerencial, e somados, os valores pagos nos exercícios de 2017 a 2020.

Em 2021, 90% do Valor Contratado total referiu-se a contratos de serviços. 09 entre os 10 contratos aos quais foram pagas as maiores quantias neste exercício foram também de serviços, destacando-se os contratos de serviços de limpeza, de vigilância e de fornecimento de energia elétrica para a sede da Seção Judiciária do Tocantins, a Subseção Judiciária de Araguaína e a Subseção Judiciária de Gurupi. O único contrato de aluguel refere-se à locação de imóvel para a Subseção Judiciária de Araguaína.

Quanto a novos contratos, firmados no referido exercício, estes totalizaram 08, sendo 01 de serviços de treinamento, 03 de serviços de vigilância, 01 de serviços de limpeza, 02 de serviços de engenharia e 01 de fornecimento de combustíveis.

Análise das despesas orçamentárias

Nota 19 – Execução da Despesa

A UG 090038 não é unidade orçamentária. Portanto, não apresenta Previsão de Receitas e Dotação de Despesas, sendo o Déficit de R\$ 81.201.068,15 apresentado no Balanço Orçamentário igual ao valor das Despesas Empenhadas.

Considerando-se todas as Despesas Correntes e de Capital, 99,48% das Despesas Empenhadas foram também Pagas no exercício.

Nota 20 – Despesas de Capital

O valor de R\$ 39.999,00, registrado em Despesas de Capital, refere-se a empenho de despesa não liquidada no exercício, conforme o PAe/SEI [0003149-18.2021.4.01.8014](#).

A análise dos Restos a Pagar consta da Nota 07.

Análise dos fluxos de caixa

Nota 21 - Fluxos de Caixa

Os registros na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC retratam a movimentação de recursos financeiros no decorrer do exercício, dividindo os fluxos entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Fluxo de Atividades Operacionais resultou em um saldo positivo de R\$ 252.572,46, superior 82% em relação ao exercício de 2020, decorrente principalmente dos ingressos através de Transferências Financeiras Recebidas (97,92% dos Ingressos) e dos Desembolsos com Pessoal Judiciário (88,14% dos Desembolsos).

Já o Fluxo de Atividades de Investimento resultou em um saldo negativo de R\$ 46.001,86, inferior 26% em relação a 2020, e decorrente dos desembolsos com Aquisição de Ativo Não Circulante (72,64% dos Desembolsos) e com Outros Desembolsos de Investimentos (27,36% dos Desembolsos), conforme o PAe/SEI [0003990-13.2021.4.01.8014](#).

Em termos de financiamento, não houve registro de atividades no exercício de 2021.

Assim, Caixa e Equivalentes apresentaram o saldo de R\$ 363.179,02 ao final do exercício, conforme a Nota 01.

Apuração de danos ao erário

Nota 22 – Danos ao Erário

De acordo com resposta em consulta realizada à gestão [14902704](#) e [14902724](#), não houve adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário no exercício de 2021, no âmbito desta Seccional.

Palmas (TO), 26 de janeiro de 2022.

Marina Ribeiro de Farias da Costa e Silva

CRC-TO 004798-O

Documento assinado eletronicamente por **Marina Ribeiro de Farias da Costa e Silva, Assistente Adjunto II**, em 26/01/2022, às 12:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14902064** e o código CRC **60648310**.

Quadra 201 Norte, Conjunto 01, Lote 02A - Bairro Plano Diretor Norte - CEP 77001-128 - Palmas - TO - www.trf1.jus.br/sjto/
0000509-50.2022.4.01.8000

14902064v9

Criado por [to48245](#), versão 9 por [to48245](#) em 26/01/2022 11:58:23.